



Relato de Experiência

Projeto acadêmico e gestão democrática no ensino superior público: o caso da UNIFESP- campus Guarulhos

Academic Project and democratic management in public higher education: the case of UNIFESP – Guarulhos campus

Marineide de Oliveira Gomes*¹, Daniel Arias Vazquez²**

*Universidade Católica de Santos (Unisantos), Santos-SP, Brasil

**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos-SP, Brasil

Resumo

O trabalho apresenta um relato de experiência sobre a gestão acadêmica (2013-2017) no campus de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), localizado em Guarulhos/SP. Destacamos três aspectos importantes envolvidos no processo de consolidação do campus e que buscamos problematizar no texto: i) uma perspectiva de gestão democrática, o incentivo à ecologia de saberes e a ampliação do pertencimento social do campus no território de sua localização; ii) os limites e as possibilidades de produção coletiva do Projeto Político Pedagógico do campus, com a identificação de pontos convergentes e suas interfaces; iii) a apresentação dos principais resultados acadêmicos alcançados no período analisado nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. No período da gestão acadêmica houve significativos avanços em termos de infraestrutura e de democratização interna, porém não foi possível contudo construir - de forma efetiva e coletivamente - um Projeto Político Pedagógico sólido, integrado e integrador. Ainda assim, foram obtidos resultados acadêmicos importantes para o campus, para a Unifesp e para o município de Guarulhos, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, mesmo em um ambiente de clara disputa por hegemonia interna no campus, considerando o contexto do seu processo de implantação.

Abstract

This work presents an experience report about the academic management (2013-2017) in the Human Sciences' campus of the Federal University of São Paulo (Unifesp), based in Guarulhos/SP, Brazil. We highlight three important aspects involved in the consolidation process of the campus and which we seek to problematize in the text: i) a perspective of democratic management, the incentive to the ecology of knowledge and the expansion of the social appropriation of the campus in its territory; ii) the limits and possibilities of collective production Political Pedagogical Project of the campus, with the identification of convergent points and their interfaces; iii) the presentation of the main academic results achieved in the period analyzed in the areas of teaching, research and extension. In the period of academic management, there

1 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2929-4888>

Foi Vice-diretora Acadêmica do campus Guarulhos da Unifesp no período de 2013 a 2016.

E-mail: neide.ogomes@gmail.com

2 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4467-3392>

Foi Diretor Acadêmico do campus Guarulhos da Unifesp no período de 2013 a 2017.

E-mail: dvazquez@unifesp.br

were significant advances in terms of infrastructure and internal democratization, but it was not possible to construct - effectively and collectively - a solid, integrated and integrative Pedagogical Political Project. Nevertheless, important academic results were obtained for the campus, for Unifesp and also for the municipality of Guarulhos, in the areas of teaching, research and extension, even in an environment of clear dispute for internal hegemony on campus, considering the context of your implementation process.

Resumen

El trabajo un presenta relato de experiencia sobre la gestión académica (2013-2017) en el campus de Ciencias Humanas de la Universidad Federal de São Paulo (Unifesp), ubicado en Guarulhos/SP, Brasil. Destacamos tres aspectos importantes involucrados en el proceso de consolidación del campus y que buscamos problematizar en el texto: i) una perspectiva de gestión democrática, el incentivo a la ecología de saberes y la ampliación de la pertenencia social del campus en el territorio de su ubicación; ii) los límites y las posibilidades de producción colectiva del Proyecto Político Pedagógico (PPP) del campus, con la identificación de puntos convergentes y sus interfaces; iii) la presentación de los principales resultados académicos alcanzados en el período analizado en los ámbitos de la enseñanza, la investigación y la extensión. En el período de la gestión académica, hubo significativos avances en términos de infraestructura y de democratización interna, pero no fue posible construir - de forma efectiva y colectivamente - un Proyecto Político Pedagógico sólido, integrado e integrador. Sin embargo, se han obtenido resultados académicos importantes para el campus, para la Unifesp y también para el municipio de Guarulhos, en los ámbitos de la enseñanza, la investigación y la extensión, aunque en un ambiente de clara disputa por hegemonía interna en el campus, considerando el contexto de su proceso de implantación.

Palavras-chave: Gestão democrática, Projeto político pedagógico, Universidade pública, Unifesp - campus Guarulhos.

Keywords: Democratic management, Political pedagogical project, Public university, Unifesp – Guarulhos campus.

Palabras-clave: Gestión democrática, Proyecto político pedagógico, Universidad pública.

Introdução

O campus Guarulhos da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) nasce no contexto de ampliação do acesso ao ensino superior público em 2006 e é reforçado com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo governo federal, por meio do Decreto Federal nº 6.096 de 24/04/2007, cujo objetivo era ampliar a oferta, o acesso e a permanência no ensino superior público no Brasil, com a criação e a expansão de novas universidades e novos *campi*, em locais onde não havia oferta de ensino superior público (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

Posteriormente, o governo federal também implantou, de forma gradativa, a lei das cotas de acesso ao ensino superior público no limite de 50% das vagas para estudantes que realizaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, com subcotas de corte étnico-racial e indígena, por autodeclaração (BRASIL, 2012) e reforçou ações voltadas à assistência estudantil, com auxílios para estudantes de baixa renda.

Não obstante a estas políticas públicas, que foram significativas para a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes nas universidades federais, o país está longe do atendimento da maioria da população para esse nível de ensino, figurando entre os países com mais baixo índice nesse campo, sendo que só 14% da população adulta o alcança nas esferas pública ou privada, segundo dados da Organização Econômica para o Comércio e Desenvolvimento Europeu (OCDE) que compara o ensino superior em mais de 40 países (OCDE, 2016) e desse percentual, 87,9% das Instituições de Ensino Superior (IES) são privadas e 12,1% públicas (INEP, 2017), o que revela oferta reduzida desse nível educacional, em um país que se caracteriza pela implantação tardia de um sistema educacional (de educação básica e superior), em comparação aos demais países da América Latina.

A Unifesp, no conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi a que mais ampliou a oferta de ensino de graduação após o Reuni, com aumento em torno de 700% no número de matrículas, com a criação de cinco novos *campi* organizados de forma temática (PEROSA; COSTA, 2015). No campus Guarulhos foram criados cursos na área de Filosofia e Ciências Humanas, até então inexistentes na universidade. O campus iniciou suas atividades com 40 docentes e 400 estudantes de graduação em 2007 e, após uma década, avançou para 240 docentes e cerca de 4 mil estudantes nos cursos de graduação (Bacharelado e Licenciatura em Letras; História, Filosofia e Ciências Sociais; Bacharelado em História da Arte e Licenciatura em Pedagogia). Também implantou oito Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (Educação, Educação e Saúde na Infância e Adolescência, História, Ciências Sociais, Filosofia, Letras, História da Arte), sendo dois deles com doutorado já implantado (Filosofia e Educação e Saúde na Infância e Adolescência), além do Mestrado Profissional (ProfHistória).

A localização do campus na periferia de um grande município de São Paulo e o perfil socioeconômico dos estudantes também são especificidades a serem consideradas na análise do processo de sua consolidação. A implantação do campus no bairro dos Pimentas gerou questionamentos internos por parte de um grupo de docentes do campus, por considerarem que a região não oferecia condições para a instalação de uma universidade, devido à infraestrutura urbana e às condições iniciais das instalações físicas do campus, adaptadas de um prédio cedido pela Prefeitura Municipal, sem o que se considerava as feições 'adequadas' de um campus universitário, condições estas que não são particularidades do campus Guarulhos, mas características de outros projetos acadêmicos instalados no contexto do Reuni.

O perfil socioeconômico do corpo discente do campus, composto, na maioria, por estudantes egressos da escola pública e com renda familiar de até três salários mínimos, também reforça o alcance de uma das principais metas desse Programa. Este público apresentava expectativas próprias em relação ao ensino superior público, o que por vezes confrontou-se com a expectativa de parte de docentes do campus (LUGLI, 2014) que considerava a possibilidade de um campus universitário instalado na periferia se transformar em um ensino superior de segunda categoria.

Como exemplo, destacamos o episódio que levou ao esgarçamento das relações provocadas pelas greves (de estudantes e docentes) de 2012, que contou com ocupação estudantil no campus e invasão da Polícia Militar para a reintegração de posse e, na sequência, a renúncia da Direção Acadêmica à

época, em um contexto de baixas perspectivas institucionais de melhoria das condições de infraestrutura do local nos seus cinco primeiros anos de funcionamento, após duas tentativas frustradas de licitação para a construção do novo prédio acadêmico e administrativo, projetado desde 2007.

No início do ano de 2013, após uma acirrada disputa no processo de consulta interna à comunidade para escolha da Direção Acadêmica, iniciou-se uma nova gestão que apresentou um programa denominado “Construção”, apresentando três eixos de atuação: 1) a consolidação do campus em Guarulhos (com a construção do novo prédio); 2) a revisão do Projeto Político Pedagógico, com destaque para a interdisciplinaridade, valorização dos cursos de Licenciaturas e relação orgânica entre o campus e seu entorno, tendo como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 3) a melhoria das relações institucionais e humanas, dificultadas após os citados episódios das greves de 2012.

Estes desafios trouxeram temas enigmáticos à gestão acadêmica do campus tais como o trato cotidiano com as relações humanas, a violência institucional, o baixo pertencimento territorial do campus como um todo e o desafio de “estar na periferia sem ser periférico”, pelo desejo predominante de que as ações acadêmicas não ficassem reduzidas ao âmbito local, mas antes, buscassem, na dimensão territorial, as bases sociais e culturais para a sua consolidação e a melhoria do seu entorno, em uma relação de dupla direção.

Para a nova direção acadêmica, esses temas significaram o exercício permanente de amplificar as vozes da comunidade acadêmica interna e externa e de concretizar as possibilidades de gestão democrática pela escuta ativa dos diferentes grupos representativos dessa comunidade, aliado à revisão do projeto acadêmico do campus e dos cursos.

Trataremos no presente texto do período que compreendeu a gestão acadêmica do campus de 2013 a 2017, do inicialmente denominado ‘campus Guarulhos’ - que passou a se chamar posteriormente ‘Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas’ (EFLCH) - sem entrar no mérito das ações empreendidas pelas direções acadêmicas que precederam o período analisado. A opção pelo período citado se justifica pela disponibilidade de documentos, relatórios e estudos realizados, bem como pelos desafios colocados no processo de implementação, com as características próprias do campus.

O artigo está dividido em três partes que tratam do processo acadêmico do campus e suas histórias, de tensões e de disputas inerentes ao funcionamento da área de Ciências Humanas em um ambiente universitário de consolidação, mas também de conquistas e de utopias. Na primeira parte, enfatizamos o processo de consolidação do campus, sob a perspectiva da gestão democrática, visando à interlocução de saberes e à ampliação do pertencimento social no território de sua localização (no âmbito da extensão universitária).

Na segunda parte, abordamos os limites e as possibilidades de produção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus, cujo processo de revisão não foi finalizado, contudo foram identificados pontos convergentes para aprimorar e construir interfaces entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio do diálogo e da busca de consensos nos debates promovidos internamente nos cursos e nos Colóquios de Humanidades realizados, compreendidos como eventos, ao mesmo tempo,

socializadores das ações acadêmicas e de identificação de interfaces, aproximações e busca de identidade para o campus.

Na terceira parte, assinalamos os principais resultados acadêmicos obtidos no período analisado nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, na intenção de reafirmar a importância do campus na região e a efetividade das políticas públicas de acesso ao ensino superior público no país, seguido de síntese final.

1. O contexto local e os embates internos: os desafios da gestão democrática

Guarulhos, situado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), é um dos municípios economicamente mais importantes do país. De característica industrial e de serviços, teve seu desenvolvimento marcado pela industrialização e pela instalação do aeroporto internacional localizado na região de Cumbica. Possui atualmente o quarto mais alto PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de São Paulo e décimo segundo no país, além de ser o segundo município mais populoso do mesmo Estado, com cerca de um milhão e duzentos mil habitantes.

Até a implantação do campus Guarulhos da Unifesp, o município contava com Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e nenhuma IES pública. A região dos Pimentas, local de instalação do campus, possui aproximadamente 170 mil habitantes, considerada uma das regiões de maior densidade demográfica do município, com predominância da população infantil e jovem. Nas últimas décadas, observam-se no município diferentes formas de organizações populares, a exemplo do que ocorreu no país no período de redemocratização, pós ditadura civil-militar, fruto da atuação de movimentos sociais de luta por melhoria das condições de vida e de trabalho, com destaque para os cursinhos populares e o movimento em defesa de instalação de uma universidade pública no município.

A implantação do campus foi possível devido à resposta positiva do governo federal e a iniciativa do governo municipal, à época, após tratativas dessa esfera de governo com as universidades públicas estaduais (a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/(Unesp), sem êxito, contando com o aceno positivo da Universidade Federal de São Paulo. Para isso, o governo municipal doou o terreno que já contava com instalações do que seria, a princípio, uma escola técnica municipal e que depois foi adaptada para ser um campus universitário e que já havia construído no local, um teatro com 800 lugares, idealizado como equipamento cultural dirigido à população da região e não somente para uso do campus.

Em 2012, após seis anos do início das atividades do campus, o debate interno na universidade estava concentrado na pertinência e nas condições de uma universidade pública do campo das Ciências Humanas naquela região, tema motivado pela iniciativa de um grupo de docentes, que defendia a mudança do campus para outro local (SAVIAN FILHO, 2012; BURNETT, 2012)

com melhor infraestrutura, episódio esse que repercutiu na mídia³, à época, provocando tensões internas e externas.

Lugli (2014) retrata os conflitos internos, desvelados nos acontecimentos no período, com uma greve que teve duração superior a seis meses e a renúncia do diretor e do vice-diretor à época e, sem nenhum docente do campus disposto a ocupar tais funções, foi nomeada pelo Conselho Universitário uma diretora pró-tempore, oriunda de outro campus, até que uma nova direção fosse eleita, nos termos do Estatuto da Unifesp.

Em 2013, a disputa entre duas chapas que concorreram na Consulta Interna para a Direção Acadêmica do campus (para a gestão de 2013 a 2017) tinha como pano de fundo o debate entre o “sai e fica” do campus no bairro e no município, com resultado favorável ao grupo que defendia a permanência e a consolidação do campus, com a construção do novo prédio no local onde esse foi originalmente instalado. Com uma vitória apertada e minoria de votos entre os docentes⁴, a nova gestão conviveu, logo no início da sua gestão, com oposição exercida pelo grupo de docentes que defendia a mudança de local do campus. Diante deste quadro, buscou-se exercer a gestão do campus com transparência na gestão (visibilidade), participação, autonomia e protagonismo dos diferentes segmentos do campus.

A existência de ações institucionais - tais como a consulta interna para as diferentes funções da gestão universitária, incluindo a direção dos *campi* e a reitoria de universidades públicas - representa uma das dimensões do exercício democrático e de relativa autonomia, contando com participação dos diferentes segmentos (estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos) em órgãos colegiados e o exercício cotidiano da escuta sensível e de produção de relações que dizem respeito ao funcionamento da universidade como bem público. Tal situação levou a direção recém-eleita a refletir acerca de uma definição mínima de democracia, como define Bobbio (2000), que compreende um conjunto de regras (do jogo democrático) que estabelece quem está autorizado a tomar decisões e com quais procedimentos, tendo em vista o sentido ético em que a democracia não seria um simples método, uma formalidade ou instrumento de governo, antes deve ser sentida como um valor, um princípio.

E não foi outro o sentido das ações levadas a efeito nesse período, na compreensão de que as divergências existentes representavam desafios para a construção de germes para a efetivação de valores democráticos, com vistas à construção de uma cultura universitária de universalidade do pensamento, colaborativa e colegiada.

A considerar a especificidade do campo das Ciências Humanas em uma sociedade desigual e multifacetada como a sociedade brasileira, o debate, a crítica, o exercício da cidadania e da democracia colocam-se como elementos

3 Entre outras citamos, por exemplo, a matéria publicada pelo jornal Estado de São Paulo, em 03/08/2012, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,professores-da-unifesp-de-guarulhos-defendem-mudanca-do-campus-para-sp-imp-,910258>

4 À época, o processo previa uma consulta à comunidade para a escolha de chapas inscritas para os cargos de diretor e vice-diretor acadêmico, com peso de 70% para os votos do corpo docente, 15% para o corpo técnico-administrativo e outros 15% para o corpo discente, o que definiria a ordem de uma lista tríplice para a escolha do Reitor, situação que foi alterada posteriormente com a aprovação de nova versão do Estatuto da Unifesp que passou a prever a consulta paritária.

fundamentais na formação das novas gerações, ao mesmo tempo em que o *modus operandi* desse fazer educativo (que não se faz sem contradições), contribuiu - no caso dessa experiência de gestão acadêmica - para definir posições, no que se refere à comunidade interna e externa ao campus. Não foram poucos os episódios em que as vozes e os interesses de um determinado grupo pretenderam se sobrepor às vozes e interesses da maioria, sendo entendidos como episódios educativos, com consequências de aprendizagem para todos os envolvidos.

Consideramos que há pouca produção acerca da gestão democrática no ensino superior, sendo que na educação básica tal qualificativo da gestão tem sido objeto de estudos e aprofundamentos (CURY, 2014), a partir do contexto de redemocratização do país e garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN) 9.394/96 (artigos 14 e 15).

Sobre esse aspecto, Camargo, Jacomini e Gomes (2016) asseveram que “partilhar o poder tendo em vista a garantia de direitos (que devem ser universais), pode contribuir de forma decisiva para diminuir o fosso da grande desigualdade social brasileira, o que parece ser ainda uma utopia” (p. 9). A respeito da representatividade do poder, no âmbito da democracia representativa (imperiosa, frente à complexidade da sociedade atual), cabe considerar a atualidade das indagações de Bobbio (2000, p.37) sobre a existência ou não de “algum critério geral capaz de permitir a distinção entre o interesse geral e o interesse particular deste ou daquele grupo”, uma vez que “cada grupo tende a identificar o interesse nacional com o interesse do próprio grupo”.

Nesse sentido, Chauí (2018) nos alerta de que a democracia é a única forma sociopolítica na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. No campus Guarulhos, diferentes interesses estiveram manifestados no contexto de sua implementação. Longe de fazer apologia às condições iniciais de instalação do campus Guarulhos em que pese a lentidão da efetivação das condições de infraestrutura e de melhoria urbanística do entorno, o processo de consolidação trouxe em seu bojo um ‘que fazer’ que foi emergindo no cotidiano institucional, resultando em explicitações de posicionamentos para todos. Nesse contexto, a gestão democrática e o apoio da reitoria no processo da construção do novo prédio, potencializaram as expressões dos segmentos institucionais, resultando no reforço daquilo que, aos poucos foi se tornando comum à coletividade: a consolidação do campus pelo desejo de regresso ao seu local de origem⁵, com infraestrutura adequada, para cumprir a função de produção e difusão de conhecimento científico, referenciado acadêmica e socialmente.

Tornou-se imprescindível para isso a efetivação de relações com lideranças comunitárias do território local do campus na região do Pimentas e representantes dos poderes públicos locais, tanto no período que antecedeu o

5 Para a construção do novo prédio (em 2013) foi necessária a mudança das instalações físicas do campus, o que representou o deslocamento de todas as atividades acadêmicas para um imóvel adaptado no centro da cidade (unidade provisória), retornando para o novo prédio em março de 2016, com sua inauguração. A mudança se justificava pelo porte da obra de construção do novo prédio acadêmico que não podia conviver com as atividades regulares do campus.

deslocamento das instalações do campus para a unidade provisória, no período de construção do novo prédio (por dois anos), como no período que antecedeu o retorno do campus à região do Pimentas, já no novo prédio, pois, dentre outras mudanças, o entorno local havia se alterado substancialmente com a instalação de conjuntos habitacionais populares do Programa Minha Casa, Minha Vida (do governo federal), entre outras mudanças.

Entendemos, como Milton Santos (1978), que o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma variedade de atores sociais que territorializam suas ações e que apresentam a possibilidade de diversificação das relações sociais, perfazendo uma trama de relações complementares e por vezes, conflitantes.

Sousa-Santos (2018) por sua vez, denuncia a arrogância, o elitismo e o desprezo das universidades no mundo em relação aos saberes populares, o que resultou em perspectivas sociais historicamente excludentes, como no caso dos negros e dos indígenas, produzindo um pensamento abissal e eurocêntrico do conhecimento científico-social. Propõe, como saída, a recuperação da responsabilidade social das universidades, perguntando-se como a universidade hoje pode buscar apoio social num contexto em que ela se encontra mundialmente, sem o apoio das elites (que a mantiveram historicamente) e sem o apoio das camadas populares. Apresenta a ecologia de saberes ou a ecologia da prática de saberes como forma de diálogo e de articulação de diferentes conhecimentos, sendo o científico um deles, não o único.

Entendida como um conjunto de epistemologias que não são neutras e nem abstratas, a ecologia de saberes relaciona-se a práticas de conhecimento e seus impactos em outras práticas sociais. Na mesma perspectiva, Freire (1985) diferenciava o termo 'comunicação', de 'extensão universitária'. No primeiro caso, há interação e diálogo com aprendizagem mútua. Já o segundo conceito sugere a extensão linear dos conhecimentos científicos para as práticas populares. A esse respeito ele nos alertava que "conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer, para transformar o mundo" (FREIRE, 1985, p.27).

Em suma, de um lado, as disputas e as tensões internas no campus foram obstáculos às tentativas de formação de unidade (mesmo que mínimas, dentro das condições objetivas possíveis), necessária para o encaminhamento de temas de real interesse do campus em seu processo de consolidação. Por outro lado, a gestão democrática foi a forma utilizada para garantir o alcance destes objetivos, os quais foram concretizados plenamente, no caso da construção do prédio⁶. Já o debate acadêmico andou a passos lentos, mas ainda assim foi possível obter avanços importantes e explicitar os consensos e os dissensos, mesmo sem resultar em um novo PPP para o campus.

6 Os processos de mudança para uma unidade provisória, de construção do novo prédio no local de origem, de definição da ocupação acadêmica dos espaços físicos do campus e de preparação do retorno do campus ao bairro dos Pimentas exigiram diversas articulações com o poder público local e com a comunidade interna e externa, gerando oportunidades e consequências relevantes para o exercício da gestão democrática. Contudo, este processo está fora do escopo deste trabalho.

2. O debate acadêmico possível: avanços e limites na revisão do Projeto Político Pedagógico

Entendido o PPP como um conjunto de intencionalidades e apostas educativas, este carece de participação e decisão dos diferentes atores que dele tomam parte, pressupondo diagnósticos da realidade educacional e posicionamentos epistemológicos e teórico-práticos, com planos de ação factíveis.

No processo de debates internos no campus sobre o PPP intencionava-se promover o diálogo entre os campos de saber, uma reflexão sobre as práticas docentes e discentes e a busca de ações que levassem à interdisciplinaridade de fato, sem predomínio de qualquer área do conhecimento com relação aos objetos de conhecimento estudados. Porém, os debates internos sobre a revisão do PPP do campus contaram com baixa participação da comunidade acadêmica, fruto a nosso ver, de limitada compreensão e problematização das premissas que fundamentavam a “Proposta Pedagógica do campus” e sua forma de organização curricular, aliado à ausência de formas de aferição do que tal “Proposta” produziu no cotidiano acadêmico e no contexto de implementação do campus.

A ‘Proposta Pedagógica’ (UNIFESP, 2006) -de elaboração genérica – tinha como objetivo implantar um campus que visava, à época, criar quatro cursos de graduação (Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia) e não teve a participação da atual comunidade acadêmica, uma vez que as Ciências Humanas representava uma área de conhecimento nova na Unifesp e ainda sem a presença de docentes, técnicos e estudantes, que poderiam indicar as nuances do que viria a ser um Projeto acadêmico do campus. Redigida de forma bastante sucinta, a Proposta Pedagógica previa “sólida formação teórica no campo das Ciências Humanas e uma formação integrada entre os cursos de Bacharelado e de Licenciatura, o ensino e pesquisa, com reflexão e crítica permanentes sobre o mundo contemporâneo” (p. 2). Apresentava estrutura curricular disciplinar dos cursos na forma de Unidades Curriculares (UC) obrigatórias e eletivas de formação geral e específica (nos diferentes cursos) e as UC obrigatórias de Domínio Conexo (DC) - exigidas para todos os cursos - no campo da Filosofia (Leitura e Interpretação de Textos Clássicos e Filosofia Geral e uma UC de Línguas Estrangeiras (inglês ou francês). Para os cursos de Licenciatura, posteriormente ficaram definidas duas UC do campo da Educação e, embora as Matrizes Curriculares dos cursos fossem organizadas de forma disciplinar, o documento fazia referência a uma perspectiva interdisciplinar.

Vale lembrar que os cursos de Licenciatura não eram considerados prioritários na implantação inicial do campus, contrastando com as políticas do governo federal, à época, de incentivo à ampliação e a qualidade dos cursos de formação de professores no país, em especial, nas novas unidades universitárias criadas no âmbito do Reuni.

Ao longo dos cinco primeiros anos de implantação do campus, foram retiradas disciplinas obrigatórias (para todos os cursos - na forma de Domínios Conexos) de Línguas Estrangeiras e o mesmo ocorreu com as disciplinas do campo da Educação, sendo substituídas por outras, voltadas à formação de professores, no âmbito dos respectivos cursos, o que contrariou - em parte - os

objetivos iniciais da Proposta Pedagógica original do campus, que previa a integração entre as diferentes Ciências Humanas.

Como forma de problematização coletiva dessa sucinta Proposta Pedagógica inicial, buscou-se - no âmbito da gestão acadêmica - relativizar certezas e promover ações coletivas que levassem à reflexão e a proposições da comunidade acadêmica sobre: i) o campo das Ciências Humanas, as distâncias existentes entre as áreas do conhecimento e as possibilidades de convergência e interface entre elas; ii) como as Ciências Humanas no mundo atual podem responder aos novos problemas do mundo contemporâneo (que são de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescente) em uma sociedade mutável e mutante?; iii) como empreender novas atitudes no processo de compreensão, produção e difusão de conhecimentos em uma sociedade da informação?

Consideramos que nos cursos de graduação apenas os saberes específicos da profissão não são suficientes para superar (junto com os estudantes) a lógica instrumental, fruto de uma cultura escolar (desde a educação básica) que não privilegia processos formativos emancipatórios, autônomos e sobretudo, a curiosidade epistemológica, que já nos lembrava Freire (1996).

Como direção acadêmica à época, defendemos que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadora do PPP daria o contorno necessário à consolidação do campus e o processo de revisão do seu projeto, a fim de possibilitar a reconstrução coletiva das feições daquele lugar, com consequências importantes para o desenvolvimento de uma cultura institucional de envolvimento dos diferentes segmentos, por meio de ações que implicassem em planejamento, revisão de rotinas, acompanhamento e avaliação - de forma matricial - de modo a corresponsabilizar todos os setores da universidade (docentes, estudantes e técnicos) à concretização das ações acadêmicas.

A aposta na dimensão interdisciplinar na nova organização do PPP representava um objetivo plausível, seja pela interface própria dos diferentes campos de conhecimento das Ciências Humanas, seja pela intencionalidade da proposta pedagógica original do campus em integrar os cursos em disciplinas consideradas básicas e de apoio das áreas da Filosofia e de Letras (nesse caso pelo domínio de línguas estrangeiras). Porém, o que se verificou na prática, é que essa condição implicou no deslocamento dos estudantes nessas disciplinas e não dos docentes, sendo o envolvimento desses necessários, por certo, para garantir as interfaces de conhecimentos e saberes.

Ao mesmo tempo, era imperativo conhecer o perfil dos estudantes e o entendimento do ensino superior como uma forma de educação de adultos, como sujeitos que trazem experiências, desejos e saberes que precisam ser considerados, em sintonia com os processos de ensinar-aprender – que são dialógicos. Nesse sentido, a Unifesp, por meio das Pró-reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis (UNIFESP, 2016), desenvolveu estudo sobre o perfil sócio econômico dos estudantes ingressantes em cursos de graduação e observou-se que o campus Guarulhos - dentre os outros cinco *campi* da Universidade – era aquele que concentrava o maior grupo de estudantes com perfil socioeconômico em condições de vulnerabilidade social (com renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio).

Saber quem eram os estudantes dos diferentes cursos, suas origens e as perspectivas que tinham para a formação em nível superior colaboraria para diminuir, por exemplo, as dificuldades de adaptação dos próprios estudantes em um ambiente universitário diferente da educação básica (tendo a maioria frequentado a escola pública) e em suas experiências extraescolares, uma vez que para parcela significativa dos estudantes eles representavam a primeira geração na família que teve acesso ao ensino superior e público.

Com a finalidade de formar sujeitos críticos e ativos e que pudessem contribuir para a efetivação de mudanças em uma sociedade dinâmica, plural e desigual como é a sociedade brasileira, a perspectiva curricular interdisciplinar prevista no PPP do campus poderia representar uma forte sustentação de base para a organização do saber-fazer docente e discente e, para isso, necessitaria ser construída coletivamente, com fundamento nas diferentes perspectivas sobre currículo e ensino-aprendizagem dos sujeitos envolvidos, não sendo, portanto, uma transposição do ideário previsto no PPP para as salas de aula.

Para Santomé Torres (1994), o currículo integrado, organizado de forma interdisciplinar, contribui para a apropriação de conhecimentos por parte dos estudantes relacionada ao todo, buscando-se uma visão globalizada sobre os temas estudados, em interface com as experiências dos educandos, o que os torna aptos a detectar, enfrentar e solucionar problemas que transcendem os limites das disciplinas. A nosso ver, os temas sociais, por exemplo, objetos por excelência do campo das Ciências Humanas, se encaixariam nessa dimensão.

A possibilidade de trânsito dos estudantes na frequência de disciplinas de diferentes cursos - proposta original do campus, tendo como base as disciplinas de Leitura e Interpretação de Textos Filosóficos (UNIFESP, 2006) - por si só não garantiu a interlocução de saberes, a unidade entre teoria e prática e o estímulo ao debate sobre concepções que promovessem a interdisciplinaridade, sendo necessária antes a imprescindível integração intencional, construída no conjunto das ações curriculares, interna e externamente aos cursos e ao campus pelos docentes, com vistas a formar os estudantes, ao mesmo tempo, como intelectuais, cidadãos e profissionais, em diálogo com setores e atores sociais.

A integração de campos diferentes de conhecimento (em um entendimento interdisciplinar) visa facilitar compreensões reflexivas e críticas, capazes de potencializar relações com o cotidiano e a cultura, ao tratar de temas complexos da sociedade contemporânea que não são domínio de uma área específica de conhecimento, compreendidos como temas básicos do campo das Ciências Humanas, em geral. Por essa razão, a tessitura de um currículo de natureza interdisciplinar requer tarefa coletiva e mediada, tensionando paradigmas e teorias que sustentam as práticas pedagógicas, numa perspectiva dialética de conhecimento em que os conteúdos das áreas podem, eventualmente, se transformar, ao longo do tempo (YOUNG, 1981; GIROUX, 1997; GOODSON, 1993; BALL; BOWE, 1998).

As articulações entre os cursos e as ações interdisciplinares no campo das Ciências Humanas poderiam ser caminhos alternativos no sentido de estreitar as relações entre as áreas de conhecimento, servindo para desconstruir paradigmas acerca do saber acadêmico, interligando teoria e prática de modo a aproximar os estudantes de situações cotidianas que certamente demandariam respostas inter, multi ou transdisciplinares.

Para promover a reflexão sobre tais temas e as relações com o PPP do campus, foram realizados debates em duas edições do Colóquio de Humanidades (anos de 2016 e 2017), ambos de iniciativa da Direção Acadêmica e abertos à participação de toda comunidade interna e externa. Compreendidos dentro de um contexto de baixa participação em projetos coletivos, os eventos que objetivaram a revisão do PPP do campus não fugiram a esta regra. Para Dias Sobrinho (2000, p. 177) “nenhuma inovação ou reforma no campo educacional pode ser bem-sucedida sem a adesão e melhoria do professor”.

Não obstante, tais eventos apresentaram como principal resultado a definição de pontos convergentes subsidiários à revisão do PPP do campus, os quais passaram a ser discutidos pelas instâncias institucionais da gestão acadêmica, com destaque para: i) o ensino: houve avanços no sentido de prever trilhas formativas (percursos de escolha dos estudantes), envolvendo diferentes cursos com ofertas de disciplinas que representassem diálogos e interfaces existentes, com base na organização das disciplinas já ofertadas, ou a criação de novas conexões entre os cursos e docentes. Nessa linha, destaca-se a explicitação do campo de formação de professores (assumido coletivamente ao longo desse processo), por meio do Fórum Permanente de Licenciaturas; ii) a pesquisa: os resultados dos debates indicaram a necessidade de fortalecimento dos grupos de pesquisa, como células de produção de conhecimento e como forma de tornar as pesquisas mais coletivas e de articular a graduação e a pós-graduação; iii) a extensão: indicou-se a necessidade de ações mais institucionais e integradas, o que reforçava a iniciativa da direção acadêmica de realização de chamadas públicas aos interessados em compor equipes de projetos e programas de extensão. Além disso, intensificou-se a preparação para a utilização de 10% dos créditos disciplinares nessa área em todos os cursos, conforme prevê a meta 12.7 (elevação da taxa bruta de matrícula no ensino superior) do Plano Nacional de Educação - Lei Federal n 13.005/2014 (BRASIL, 2014).

Acerca do que foi possível realizar no âmbito acadêmico dos cursos e do campus, reafirmou-se a intenção, por parte da gestão acadêmica, que era a de iniciar pela construção coletiva do PPP do campus, com bases que sustentassem os projetos dos cursos e se estender aos mesmos, mas a realidade se mostrou contrária a essa forma de condução, com baixa adesão às mudanças coletivas. Com os cursos em andamento e as disciplinas atribuídas aos docentes (entre outros fatores), as possibilidades de mudanças ficaram condicionadas à dinâmica acadêmica e às rotinas estabelecidas de funcionamento dos cursos.

Ressaltamos os limites colocados com relação ao debate acadêmico naquele contexto, entendendo que toda atividade pedagógica ocorre em circunstâncias determinadas e relaciona-se às forças e aos interesses ali presentes e que se vinculam à totalidade social, refletindo intencionalidades e contradições. É necessário reconhecer que os projetos que envolveram a instalação do campus não contemplaram a instituição de uma cultura participativa e integrada que contribuísse para a apropriação do espaço público e de seus processos, por parte dos sujeitos que ali se encontravam. As relações institucionais e humanas ali construídas estiveram representadas, em geral, pelo distanciamento dos debates e projetos coletivos, conferindo

prioridade à produção intelectual individual, muito destacada no campus e mais valorizada na cultura acadêmica brasileira.

Embora não tenha sido possível chegar a um PPP do campus como produto final, os pontos convergentes reforçaram mudanças já realizadas no âmbito dos cursos, bem como legitimaram um conjunto de ações institucionais promovidas pela gestão acadêmica, com resultados significativos no período analisado.

3. Principais resultados obtidos nas áreas do ensino, pesquisa e extensão no campus da Unifesp em Guarulhos (2013 – 2017)

Além das bases para a reestruturação do PPP do campus, após a realização de duas edições do Colóquio de Humanidades, foi possível obter resultados importantes nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, os quais serão descritos resumidamente nessa seção.

Em **relação ao ensino**, foi possível avançar na reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), mesmo mantendo uma estrutura disciplinar, seja em função de exigências externas, requeridas pela legislação e/ou orientações do Ministério da Educação (Diretrizes Curriculares Nacionais, entre outras), como também devido às concepções dominantes nos diferentes departamentos acerca do entendimento do que é conhecimento, da relação ensino-aprendizagem, do papel do docente e dos estudantes.

Por meio de reformas curriculares que ocorreram nos cursos, garantiu-se uma identidade para os cursos de Licenciatura que estavam, até então, amalgamados aos cursos de Bacharelado. Primeiramente, ampliando-se o espaço para a oferta de disciplinas ligadas à formação de professores. Em segundo lugar, foram definidos os parâmetros para a integração entre os cursos de Bacharelado e de Licenciatura para os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Letras da seguinte forma: pelo ingresso do estudante por meio de uma Área Básica de Ingresso (ABI), que correspondia a 50% da carga horária geral (dois anos iniciais), com posterior opção do estudante pelo curso de Bacharelado ou Licenciatura. Após a conclusão do primeiro curso, passou-se a exigir o reingresso, por meio de edital, para que o estudante pudesse realizar o segundo curso (Bacharelado ou Licenciatura), com possibilidade de aproveitamento das disciplinas da ABI e de 50% das disciplinas específicas do primeiro curso. Por exemplo, caso o aluno tivesse concluído o bacharelado era necessário assegurar no mínimo 25% de conteúdo novo na licenciatura e vice-versa, conferindo maior identidade própria em cada modalidade, o que exigiu mudanças curriculares que foram concretizadas em meio a intensos debates e reformulações na estrutura dos cursos.

Dessa forma, buscou-se atender à exigência da Lei Federal nº 12.089/2009 que inviabiliza a matrícula simultânea de um mesmo estudante em dois cursos em universidades públicas, uma vez que os cursos de Bacharelado e de Licenciatura são dois cursos distintos. Tal impedimento legal foi fundamental para a realização das reformas curriculares desse período, bem como a ação conjunta entre a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e a Direção Acadêmica, que, com base em fundamentos acadêmicos, administrativos e jurídicos, foi capaz de contribuir para avançar em um campo no qual há resistências históricas acerca do lugar e do status dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura.

Como resultado acadêmico, foram reveladas as necessidades e as carências presentes na formação de professores, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (sobretudo após a Resolução nº 2/2015 do Conselho Nacional de Educação - que instituiu uma identidade própria para os Cursos de Licenciatura). Houve avanços significativos com o aumento da oferta de disciplinas de formação de professores e da criação do Fórum de Licenciaturas, sinalizando para a “construção de um Projeto Acadêmico Institucional para as Licenciaturas, que garantisse uma sólida formação dos estudantes, considerando a complexidade do ofício docente, as diretrizes legais e os desafios atuais a serem enfrentados no exercício da profissão”, conforme constava no Programa de gestão da Direção Acadêmica⁷. Dessa forma, avaliamos que foi possível regularizar a oferta, ampliar a qualidade e conferir maior identidade aos cursos de bacharelado e licenciatura, sem hierarquizações.

No **âmbito da pesquisa**, observou-se uma importante produção bibliográfica nos programas de pós-graduação da EFLCH, com base nos dados disponibilizados pela Plataforma Sucupira nos anos de 2014 e 2015, sendo registradas 261 e 309 publicações em livros e 204 e 306 artigos em periódicos nestes dois anos, respectivamente. Em 2015, a média de publicação foi superior a três publicações por docente/ano, sendo de 2,4 em 2014, considerando apenas os docentes credenciados em programas de pós-graduação, já que a fonte é a Comissão de Avaliação de Pessoal do Ensino Superior (Capes), a partir da base de dados de avaliação dos programas.

Vale considerar os parâmetros da pesquisa e da pós-graduação no país, e as consequências para a relação universidade-sociedade, assim como para a relação com outros saberes (não científicos). Sobre esse aspecto, Sousa-Santos (2005) na forma de crítica sobre a universidade do século XXI, nos lembra da importância da correlação necessária entre saberes científicos e não científicos e que a injustiça social contém também, no seu âmago, uma injustiça cognitiva.

Embora a produção intelectual do campus se apresentasse elevada, considerando o estágio inicial dos Programas de Pós-Graduação (PPG), observamos que existe ainda pouca parceria entre pesquisadores da própria instituição, no âmbito de cada Programa ou com outros Programas e/ou docentes do campus, mesmo sendo da mesma área de conhecimento. No estudo realizado pela Direção Acadêmica, parcerias entre autores da Unifesp estão presentes em menos de 15% das publicações dos PPG do campus, com destaque para o PPG em Educação, cujo percentual alcançou 40%, enquanto que nos PPG em Ciências Sociais, Letras e História da Arte, a coautoria entre autores da Unifesp ocorreu em menos de 5% das publicações. Embora, comumente, predomine a publicação individual na área de Ciências Humanas, nota-se que a parceria com membros externos da Unifesp é maior que a interna.

A lógica do isolamento na produção docente na pesquisa fica assim explicitada, contrastando com a possibilidade de ação coletiva, colaborativa e solidária, necessárias também nas dimensões do ensino e da extensão universitária, o que pode, eventualmente, ter efeito cascata e conduzir os

7 Disponível em <https://chapa2construcao.wordpress.com/programa/>

estudantes a reproduzir a mesma forma de produção de conhecimentos (CURY, 2010).

Os grupos de pesquisa constituídos poderiam, a nosso ver, ampliar possibilidades de empreender pesquisas coletivas, bem como representar um ponto estratégico no PPP do campus e dos cursos, estimulando mudanças curriculares, além de colaborar na promoção de novas visões de conhecimento, pela construção de relações integradas e entrecruzadas, em contraposição à fragmentação, à hierarquização e à compartimentalização de saberes presentes na organização curricular disciplinar.

Ainda sobre a ciência e o conhecimento produzido na universidade - este pode não fazer sentido - se não se considerar a realidade como ponto de partida e de chegada e os embates sobre o papel da ciência em relação às dimensões do local e do universal na produção e na difusão do conhecimento. A partir desta concepção, se faz importante superar a falsa dicotomia entre função social da universidade e a excelência científica que, geralmente, valoriza as atividades de pesquisa em detrimento das ações de ensino e de extensão, o que nos coloca o desafio, no âmbito dos processos de pesquisa, de problematizar modelos científicos hegemônicos e paradigmas unificadores e com os riscos, anunciados nas palavras de Dosse (2018): “uma comunidade totalmente atomizada dos pesquisadores em Ciências Humanas, cada vez mais encerrados em sua tecnicidade e incapazes de produzir uma linguagem comum que possa interessar a sociedade a participar do debate público” (DOSSE, 2018, p. 45).

No **âmbito da extensão**, houve uma atuação intensa e mais direta da direção acadêmica do campus no período analisado, seja na formulação e implementação de ações institucionais, seja na articulação com o poder público local, ou na articulação horizontal com docentes, técnicos e discentes para a execução de projetos ou programas de extensão por meio de Chamadas Públicas, evidenciando a dimensão colaborativa de atuação junto aos diferentes segmentos sociais.

Destacamos, a seguir, algumas ações do campus nesse âmbito: i) parcerias com o poder público local, na forma de Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Guarulhos nos campos da Educação, Cultura e Desenvolvimento Urbano (com inúmeras ações parceiras, destacando-se a formação de professores em escolas públicas municipais, o estímulo à preservação histórico-cultural de monumentos e equipamentos públicos, estudos para a criação de um Centro de Línguas, entre outros; ii) incentivo à maior apropriação do campus universitário pela cidade, por meio da divulgação do direito à educação superior pública e da aproximação com estudantes do ensino médio de escolas públicas da região, a partir da realização do ‘Dia Aberto’ para divulgação dos cursos e das atividades de pesquisa do campus, cuja primeira edição contou com a visita de mais de 500 estudantes do 3º ano do ensino médio de oito escolas públicas do bairro do Pimentas, com participação crescente nas edições dos anos posteriores; iii) apoio à realização e incremento de atividades de Extensão Universitária, tais como o Cursinho Popular Pimentas Unifesp (CPPU), o curso de Direitos Humanos e da Cidadania para lideranças comunitárias, o curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para refugiados (Memoref) e para médicos estrangeiros cubanos do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde e, mais recentemente, o curso ‘Humanidades na Atualidade’ em parceria com a

Câmara Municipal, que obteve o 2º lugar no Prêmio Paulista de Boas Práticas Legislativas, na categoria Sociedade Civil, organizado pelo Movimento Voto Consciente; iv) aproximação com escolas públicas, com programas de estágios curriculares e de iniciação à docência, com cursos de formação contínua de professores e da iniciativa pioneira do Programa de Residência Pedagógica - em parceria com as escolas municipais - hoje assumido como Política Pública pelo município; v) busca por melhorias urbanas no entorno do campus, na segurança pública e no transporte público, em conjunto com a União de Moradores e o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg), com resultados efetivos também para os moradores do entorno; vi) realização de Chamada Pública para a implantação dos projetos de WebRadio e WebTV, com recursos de agências de fomento, que atualmente constitui o Laboratório Áudio-Visual (Lave) da EFLCH, espaço interdepartamental, gerido por um Comitê Gestor;vii) organização de Chamada Pública para projetos de Extensão Universitária em parceria com o Centro Educacional Unificado (CEU) Pimentas - localizado ao lado do campus - visando atender o público de crianças e adolescentes do bairro, que por motivos de troca de gestão municipal, transformou-se no programa de Extensão “Cultura, Arte e Movimento no Pimentas – CAMP 2017”, que reuniu projetos de estudantes e professores, tais como atividades de canto, yoga e cinema; viii) realização do Concurso Cultural de Grafite, que envolveu a comunidade interna na escolha de obras de artistas grafiteiros que estão atualmente marcadas nos muros internos do campus, com destaque para o painel “Grafiteratura”, com cerca de 600 m², inspirado na obra ‘Auto da Barca do Inferno’, de Gil Vicente, conferindo uma identidade visual original ao campus.

As ações de Extensão Universitária se intensificaram desde a criação do campus, envolvendo docentes, estudantes, profissionais de educação básica da região, lideranças comunitárias e representantes dos poderes públicos comprometidos com ações de pertencimento local, na forma de diálogo e de ecologia de saberes, visando creditar e fortalecer práticas de saberes diversos, locais e globais e seus impactos em outras práticas (SOUSA-SANTOS, 2006).

Muitas ações aqui citadas resultaram na elaboração de Políticas Públicas locais por parte do governo municipal, tendo, da parte dos agentes sociais externos ao campus, o reconhecimento do trabalho realizado no campus Guarulhos da Unifesp como referência social para ações setoriais ou intersetoriais locais, sobretudo aquelas que dizem respeito às relações entre universidade e escolas de educação básica, especialmente sobre a unidade entre teoria e prática na formação contínua de professores e nos estágios curriculares (GIGLIO et al., 2011; GOMES, 2012). Nesse aspecto, buscou-se, dentro dos limites institucionais possíveis, proceder à reinvenção de lógicas predominantes na relação entre universidade e sociedade, sobretudo entre universidade e escola básica.

Considerações finais

O campus Guarulhos da Unifesp apresenta-se como um caso importante para análise, sobretudo pela dimensão da ampliação da oferta e a possibilidade de democratização do ensino superior público no Brasil, pelo alcance da principal meta do Reuni, a de garantir o direito ao ensino superior a uma parcela da população antes à margem desse nível educacional.

Nesse período de consolidação do campus, foi possível avançar em termos de infraestrutura e de democratização interna, porém não foi possível, contudo avançar - de forma efetiva - na construção de um Projeto Político Pedagógico sólido, integrado e integrador, capaz de se diferenciar externamente e unir internamente as ações educativas, potencializando diferentes campos de conhecimento no âmbito das Ciências Humanas.

Ao contrário, práticas educativas e pedagógicas próprias do *habitus* (BORDIEU; PASSERON, 1970) de universidades consolidadas estiveram ali presentes, cujas raízes encontram-se na base de formação dos formadores desse ambiente educacional e que não são neutras - antes são tributárias de convicções, crenças, paradigmas e epistemologias que carecem de aprofundamento - e necessitam de tempo, de disponibilidade pessoal e especialmente, de mediação institucional para serem revistas e/ou transformadas.

Posteriormente à implantação do campus Guarulhos, a Unifesp envidou esforços institucionais importantes para a criação de um novo campus - de caráter interdisciplinar - o campus Zona Leste (Instituto das Cidades) - com um trabalho considerável para a construção coletiva institucional do Projeto Pedagógico do campus, antes da sua efetiva implantação (UNIFESP, 2015). Caso tal procedimento tivesse ocorrido, à época, no caso do campus Guarulhos, possivelmente existiria um PPP norteador das ações acadêmicas do campus e dos seus cursos, intencionalmente planejado para aquele contexto.

Mesmo diante dos desafios presentes em um campus em construção, considerando também a conjuntura política e econômica do país no período, avaliamos que foi possível obter resultados importantes para o campus, para a Unifesp e também para o município de Guarulhos, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, tal como se buscou registrar nesse artigo, demonstrando o papel democrático exercido na gestão acadêmica, mesmo em um ambiente de clara disputa por hegemonia interna no campus, considerando o cenário de sua implantação.

Sob essa ótica, fazemos nossas as palavras de Chauí (1995, p.84) ao efetuar um balanço da experiência como Secretária Municipal de Cultura de São Paulo no período de 1989-1993: “fizemos um esforço político para desenraizar as fundas raízes do mito fundador. Alguns dizem, pejorativa ou positivamente, que fomos radicais”.

Enquanto as universidades consolidadas no mundo são conhecidas pela secularidade do seu tempo de existência, o campus Guarulhos da Unifesp é uma criança em desenvolvimento - a caminho de sua maioridade e autonomia - e não poderia ser diferente em um país que tardiamente universalizou a educação básica e restringiu o acesso ao ensino superior. Se um dia a presença da universidade pública no município foi ameaçada, hoje a EFLCH fincou raízes em Guarulhos e busca interagir e se relacionar com e na cidade, contribuindo para seu desenvolvimento, em especial nas áreas de Educação e Cultura. Trata-se da conquista de muitos e da concretização da vontade da maioria que lutou pela permanência e consolidação do campus.

Sobre o contexto atual brasileiro de desmonte público, de cortes de gastos em áreas prioritárias - a partir do processo de impeachment (VAZQUEZ, 2016) - e de ataques generalizados pelo governo federal à ciência, à tecnologia e à educação públicas, em especial ao campo das Ciências Humanas,

concluimos esse relato de experiência com a veemente defesa da universidade pública. No caso do campus Guarulhos, sua instalação na periferia de um grande município da região metropolitana de São Paulo como Guarulhos não se confundiu, ao nosso ver, com o lugar da periferia do conhecimento ou da educação superior de segunda categoria. Ao contrário, a consolidação do campus Guarulhos da Unifesp reafirmou o caráter estratégico da universidade pública como bem público na produção de conhecimento científico e no processo de garantia do direito à Educação, no fortalecimento do desenvolvimento (local, regional e nacional) e na formação de cidadãos críticos e de quadros profissionais de qualidade. Enfatizamos, assim, a relevância da educação superior pública para a minimização das desigualdades sociais na construção de uma sociedade equânime e mais justa.

Referências

ARAÚJO. M. A. D.; PINHEIRO. H. D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out. /dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR/FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras** (2014), Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/356294790/perfil-Socioeconomico-Dos-Graduandos-Das-Ifes>; Acesso em 18/01/2018.

BALL, S.; BOWE, R. El curriculum nacional y su 'puesta en práctica': el papel de los departamentos de materias o asignaturas. **Revista de Estudios del Currículum**, v.1, n. 2, p. 105-131, 1998.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **La Reproduction**: éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP – **Censo da Educação Superior**: Notas Estatísticas, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>; Acesso em 08/01/2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005/2014**. Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm; Acesso em 10/01/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº 6.096/2007** – Institui o Plano de Reestruturação das Universidades Federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm; acesso em 02/04/2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei Nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº 9.394/96** - institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html Acesso em 02/04/2018.

BURNETT, H. O erro de diagnóstico da Unifesp. **Folha de São Paulo**, 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/50003-o-erro-de-diagnostico-da-unifesp.shtml>: Acesso em: 20/04/2018.

CAMARGO, R. B.; JACOMINI, M.; GOMES, M. O. Desafios da Gestão Democrática na Educação Pública: 20 anos de LDB. **Revista Eletrônica Pesquiseduca/** Universidade Católica de Santos, Santos, v.8, n.16, p.380-393, jul-dez, 2016.

CHAUÍ, M. Comunicação e Democracia. **Conferência realizada no Instituto Lula** em 13/04/2018. Disponível em: <http://www.pt.org.br/marilena-chauicomunicacao-e-democracia/>; Acesso em 03/01/2019.

CHAUÍ, M. Cultura Política e Política Cultural. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, USP, 9 (23), p.71-84, 1995.

CURY, C. R. J. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, nº 129, p. 1053-1066, out-dez, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01053.pdf>; Acesso em: 10/03/2020.

CURY, C. R. J. O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, p. 163-165, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOSSE, F. **O império do sentido**: a humanização das Ciências Humanas. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8ª ed. Tradução de Rosyska Darci de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIGLIO, C.M.B. et al. Residência Pedagógica: diálogo permanente entre a formação inicial e a formação contínua. In: GOMES, M.O. **Estágios na formação de professores**: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão, São Paulo: Loyola, 2011, p.15-46.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma Pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, M.O. Universidades e escolas de educação infantil: identidades e formação contextualizada. In: REIS, M.; XAVIER, M.C.; SANTOS, L. (orgs.). **Crianças e infâncias**: educação, conhecimento, cultura e sociedade. São Paulo: Annablume, 2012, p. 151-164.

GOODSON, I. F. **School subjects and curriculum change**. Londres: Open University, 1993.

LUGLI, R. S. G. O novo público do ensino superior brasileiro e a tradição acadêmica: o caso das humanidades na UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 297-316, jul./dez. 2014.

ORGANIZAÇÃO EUROPEIA PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – OECD – **Education at a Glance** – Indicators, 2016. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/education-at-a-glance-2016-indicators.htm>; Acesso em 08/01/2019.

PEROSA, G. S.; COSTA, T. L. Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 117-137, Mar. 2015.

SANTOMÉ TORRES, J. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Ediciones Morata, SL, 1994.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAVIAN FILHO, J. A Unifesp e as soluções provisórias. **Carta Capital**, 27/07/2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/crise-e-dinheiro-publico-na-unifesp>; Acesso em: 10/04/2018.

SOUSA-SANTOS, B. **Na oficina do sociólogo artesão**: aulas 2011-2016. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA-SANTOS, B. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA-SANTOS, B. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Análise do perfil de estudantes ingressantes da Universidade Federal de São Paulo**, 2016, mimeo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Político Pedagógico**. Instituto das Cidades, 2015. Disponível em: https://unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Projeto_Pedagogico/PPP/Unifesp_Projeto_Poltico_Pedagogico_Instituto_Das_Cidades.pdf; Acesso em 05/01/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Proposta Pedagógica do Campus Guarulhos**, 2006, mimeo.

VAZQUEZ, D. A. O desmonte social no Plano Temer-Meirelles. **Carta Capital**, 20/07/2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-desmonte-social-no-plano-temer-meirelles/>; Acesso em: 29/04/2020.

YOUNG, M. Currículo e Democracia: lições de uma crítica à 'nova Sociologia da Educação', **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.14, p. 29-40, jan/jun, 1981.

Agradecimentos

Agradecemos a leitura e as considerações críticas ao texto do Prof. Dr. Carlos Bello, do ex-prefeito de Guarulhos, Elói Pietá e das técnicas administrativas do campus Guarulhos da Unifesp, Ms. Mariana Puridade e Alessandra Fernandes.

Enviado em: 16/março/2019 | Aprovado em: 23/março/2020